



# A Classe jornal

Filiado  
**CUT**  
CENTRO ÚNICO DE TRABALHADORES  
**CNE**  
CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Boletim SINPROJA | Edição: Nov/Dez de 2016 | ☎ 3481.1679 / 3096.0305 🌐 sinproja.com.br 📱 @sinproja

É hora de parar  
contra a  
PEC da Morte  
É hora de parar  
pelo Brasil

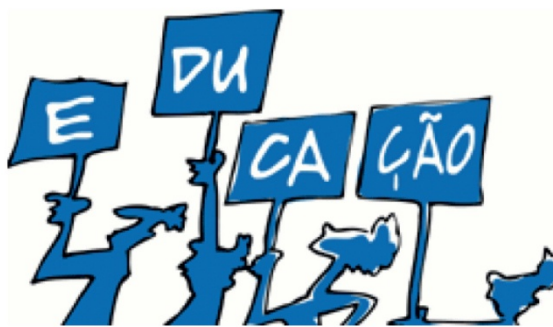


Foto: Reprodução/Google

## Rumo a Greve Geral 11 de Novembro

O Projeto de Emenda Constitucional 241/16 é o principal ataque contra o Estado brasileiro, em particular aos mais pobres e que mais precisam da aplicação de recursos da nação, através dos serviços públicos. Ela também é a porta de entrada para ataques ainda mais severos, como a Reforma da Previdência e a proposta de Reforma Trabalhista, medidas de contrapartida pelo financiamento e apoio ao golpe que destituiu a presidente do Brasil.

Diante de tais maldades coordenadas pelo governo ilegítimo de Michel Temer, cabe ao campo social que mais tem a perder com tais ataques constituir a unidade em defesa dos direitos e avançar na luta para derrotar este governo.

Assim, centrais sindicais, movimentos sociais e frentes políticas, se articulam para construir no dia 11 de novembro um amplo dia de mobilização em defesa dos direitos, uma Greve Geral que movimentará servidores públicos e da iniciativa privada, professores, metalúrgicos, petroleiros, enfermeiros e tantos outros profissionais dispostos a defender os interesses soberanos do Brasil.

O Sinproja defende a adesão da categoria de trabalhadores em educação de Jaboatão neste dia e convoca todos e todas para se somar e fortalecer esta luta.

### Veja também

p. 2 Sinproja espera do prefeito eleito em Jaboatão maior responsabilidade educacional

p. 3 Carta às e aos trabalhadoras/es em Educação

p. 4 Sinproja terá a 3ª Conferência Educacional

p. 4 Matemática contra o Racismo

p. 4 Bônus: Prêmio ou Castigo?

## Expediente Sinproja

Presidente  
**Ronildo Nascimento**  
Vice-presidente  
**Eugênia Lemos**

Secretaria Geral  
**Jacqueline Sobral**  
**Silvana Santos**

Secretaria de Finanças  
**José Roberto**  
**Frederico Sales**

Secretaria de Assuntos  
Jurídicos  
**João Eudes**

Secretaria de Políticas  
Sociais, Racial e de Gênero  
**Neide Silveira**  
**Alexander Cavalcanti**

Secretaria de Imprensa  
e Divulgação  
**Edson Melo**

Secretaria de Assuntos  
Educação e Culturais  
**Séphora Marinho**

Secretaria de Filiação  
e Patrimônio  
**Rita de Cássia Lopes**

Secretaria de Aposentados  
e Assuntos Previdenciários  
**Maristela Barrêto**

Secretaria de  
Formação  
**Ivanildo José**

Suplentes  
**Ivan José**  
**Mavíael Frazão**  
**Geiza Brasil**  
**Erica Cândida**

Conselho Fiscal  
Titulares  
**Reginaldo Araújo**  
**Maria da Soledade**  
**Darcy Correia**  
Suplentes  
**Manuel Lourenço**  
**Maria das Graças**  
**Gergos de Assunção**

Assessoria de Comunicação  
**Rubracom**  
**Comunicação**  
CNPJ: 17.899.900/0001-15

## Em uma eleição carregada de respeito e organização, a Chapa 1 vence e se credencia na direção da categoria



Tendo à frente o professor Ronildo Oliveira, a Chapa 1 (Resistencia e Luta) venceu o pleito que ocorreu no dia 6 de outubro e contou com a participação de 1.590 trabalhadores em educação da rede de ensino da cidade de Jaboatão dos Guararapes. A chapa vencedora contou com 952 votos, enquanto a Chapa 2 obteve 574 votos. Foram contabilizados ainda 64 votos brancos e nulos.

Nesta eleição cada trabalhador e trabalhadora votou duas vezes, a primeira vez para a Diretoria Executiva e depois para eleger também o novo Conselho Fiscal, que acompanhará os trabalhos da Diretoria Executiva eleita. Nesta última eleição a Chapa 1 teve 942 votos e a Chapa 2 contou com 595, tendo ainda na apuração identificados 54 votos Brancos e Nulos.

Durante toda a eleição o clima foi de muito respeito, apesar das diferenças. No final ganhou a categoria que deve seguir unida diante das tarefas apresentadas para o próximo período, como as Contrarreformas trabalhista, previdenciária e demais ataques aos servidores e servidoras públicos, orquestradas pelos governos de plantão.

Accesse o jornal  
A Classe  
no seu tablet  
ou celular



## Sinproja espera do prefeito eleito em Jaboatão maior responsabilidade educacional

Calçados em uma carta dirigida para os então candidatos à prefeitura, a direção do Sinproja, passado o resultado das urnas, manifesta abertura ao diálogo com a nova gestão que estará à frente da PMJG. Sustentam para um bom nível de relação com a nova gestão municipal os pressupostos apresentados na carta, previamente divulgada, como a Garantia da Participação Social, a Escola Inclusiva, o Acesso e Permanência com Qualidade Social, a Criação e Requalificação de Espaços de Aprendizagem e a Valorização dos Profissionais de Educação.

A nova direção sindical reivindica que o futuro governo seja sustentado em uma perspectiva democrática, pela promoção do desenvolvimento e realização das pessoas e da cidade. Apesar das dificuldades econômicas avistadas para o futuro próximo, o sindicato se manterá firme na defesa dos direitos coletivos e individuais dos cidadãos jaboatonenses, tal como na manutenção das conquistas dos servidores e servidoras, além das trabalhadoras e trabalhadores em educação.

# Carta às Trabalhadoras em Educação e aos Trabalhadores em Educação

Companheira/Companheiro,

O Governo Federal enviou ao Congresso Nacional, um Projeto de Emenda a Constituição Federal (PEC 241/2016). O objetivo é mudar a estrutura do Estado brasileiro para investir menos nas Políticas Sociais e fazer caixa para pagamento das dívidas acumuladas do Estado, através de ajuste fiscal para Estados e Municípios, afetando os direitos do cidadão e da cidadã e, consequentemente, afetando em primeiro plano, os direitos dos Servidores Públicos das três esferas de governos.

Este projeto prejudica todas as áreas sociais, queremos nesta carta, conversar com você sobre os prejuízos para a Educação Escolar Básica:

- A PEC 241 reduz o percentual de vinculação para investimentos em educação, durante 20 anos, nas três esferas administrativas, ou seja, na prática a União não será obrigada a aplicar os 18% e os Estados, DF e Municípios não serão obrigados a aplicar os 25% das receitas de impostos na educação, percentuais determinados hoje na Constituição Federal.

- A PEC 241 limita a política remuneratória dos servidores públicos, ou seja, durante 20 anos teremos salários congelados ou no máximo, dependendo do orçamento do Estado, apenas o índice da inflação. Com isto o Piso Salarial Profissional Nacional dos Profissionais do Magistério não contará em hipótese alguma com ganhos reais (no máximo a inflação pelo IPCA).

- A PEC 241 suspende a criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa na administração Estadual, ou seja, na prática suspende a realização de concurso público, por isso, a Medida Provisória 746, que altera o Ensino

Médio, permite a contratação de pessoas com notório saber para ser professor no Ensino Médio.

- A PEC 241 não permite alterações na estrutura de carreira dos Poderes e Órgãos que impliquem aumento de despesa, ou seja, autoriza não ampliar o salário no plano de cargo e carreira, fato já realizado pelo Governo de Pernambuco.

- Com a PEC 241 as metas do Plano Nacional de Educação, que dependem de mais recursos públicos, estão todas comprometidas. Isso porque não se prevê crescimento de verbas acima da inflação. Ou seja, o investimento novo, de fato, não ocorrerá. Daqui a 20 anos, em se mantendo os efeitos desta PEC, corre-se o sério risco de não se investir nenhum centavo a mais do que será repassado à área neste ano de 2016, quando muito a reposição inflacionária.

**Esta PEC 241  
prejudica nossas  
vidas por um  
período de 20 anos  
e, claro, terá  
repercussões  
negativas  
em anos mais  
a frente.**

- Com a PEC 241 o FUNDEB, grande conquista da sociedade na perspectiva de aumento e expansão do financiamento para toda a educação básica, deixará de contar com os recursos até então assegurados pela CF-1988. O repasse da inflação não será capaz de manter e muito menos de ampliar os investimentos nas etapas e modalidades da educação básica, comprometendo, ainda, a política de valorização dos profissionais das escolas públicas.

- Ao promover o arrocho no serviço público, a PEC 241 consiste em intensificar as parcerias público-privadas, especialmente por meio de Organizações Sociais, que poderão administrar às redes de ensino e/ou as escolas públicas sem a necessidade de contratar profissionais concursados, garantindo “economia” aos cofres públicos.

- Em suma, a PEC 241 altera profundamente a estrutura de financiamento das políticas públicas de saúde e educação, e todas as demais, retroagindo em mais de meio século a garantia de direitos sociais previstos na Constituição – no caso da vinculação de impostos à educação, ela foi instituída em 1946, sendo que, em 1988, atingiu os percentuais até então praticados.

Esta carta foi dirigida a você para que tome conhecimento sobre uma parte dos impactos desta PEC 241 sobre a nossa vida pessoal e profissional, para que com o conhecimento acumulado, você seja um agente animador e mobilizador da Comunidade Escolar (Alunos/as, pais/mães/responsáveis, entidades organizadas da comunidade local).

Esta PEC 241 prejudica nossas vidas por um período direto de 20 anos e, claro, terá repercussões negativas em anos mais a frente. Portanto, agora é o momento de grandes mobilizações para barrar esta medida. A direção do sindicato está cumprido o seu papel de manter você informado e convocar para mobilização e só seremos vitoriosos se você, toda a escola, toda a comunidade escolar e local participarem efetivamente de todas as formas de protestos (presenciais e virtuais, na escola, nos bairros, nos municípios, nas regionais, no Estado e em Brasília/DF).

Contamos com você nesta grande batalha.

Sigamos firmes na luta!

## Bônus: Prêmio ou Castigo

Nos últimos dias ouvimos comentários e questionamentos sobre o BDEJAB. Alguns querendo saber o valor a receber, outros perguntando sobre os critérios, muitos indignados, revoltados por não ter sido contemplado ou mesmo por achar que colegas não o mereceram. A verdade é que o tema é polêmico.

Ninguém discorda da real necessidade de recursos para os/as trabalhadores/as em educação apesar das várias jornadas abraçadas por esta categoria. Qualquer numerário a mais é sempre bem-vindo numa conjuntura de crise, estresse, adoecimento, injustiça, precariedade.

No entanto, precisamos analisar os verdadeiros objetivos desta medida “meritocrática” que tira o foco das necessidades imediatas, num contexto de oportunidades educacionais desiguais.

Enquanto se apregoa um “prêmio” pelo alcance de metas, não se oferece atenção às necessidades apresentadas pelas escolas que não tiveram o êxito desejado. Não há garantia de valorização profissional nem de igualdade de condições, não se abre espaço para o debate, estimula-se a rivalidade, a concorrência. Esquecem as peculiaridades e as potencialidades.

O bônus é uma medida própria do Estado Neoliberal, em que afasta o Poder Público de suas

CHÃO DE ESCOLA  
Trabalhos da categoria  
Envie para: [sinprojaimprensa@gmail.com](mailto:sinprojaimprensa@gmail.com)

## Matemática contra o Racismo



Alexandre Valença, professor

Alexandre Valença, trabalhador em educação, professor de matemática dos anos finais do ensino fundamental, da Escola Municipal Gildo Veríssimo, em Cavaleiro, integrante da nova direção do Sinproja, teve dois trabalhos aprovados, que foram apresentados no 5º Congresso Brasileiro de Etnomatemática, realizado de 11 a 14 de setembro, deste ano, na Universidade Federal de Goiás (UFG), na cidade de Goiânia.

Um dos trabalhos é intitulado “*Afroetnomatemática: perspectivas de investigações na temática afro-brasileira no ensino de matemática da educação básica na Escola Quilombola*”, apoia-se na Lei 10.639/2003, que determina a abordagem da cultura e história

responsabilidades, jogando para a escola a tarefa de superar indicadores apesar da jornada excessiva, da infraestrutura precária, da falta de material pedagógico e de uma formação continuada especializada, ou seja, exige acura de uma doença crônica sem apresentar o remédio.

afro-brasileira e que foi anulada pelo advento da MP 746 (Reforma do Ensino Médio).

O professor Alex explica, “trabalhos como este quer contribuir socialmente, dialogando e ajudando na resistência que jovens e trabalhadores desenvolvem na luta contra o ataque à democracia e pela reparação histórica de opressões aos povos afrodescendentes e indígenas, em todas as suas dimensões”.

O trabalho busca responder o seguinte questionamento: Quais as concepções dos professores das séries iniciais e finais do ensino fundamental sobre a abordagem da temática da cultura afro-brasileira na disciplina de matemática, em uma escola quilombola em Goiana (PE)?

A ideia é estimular professores do ensino fundamental, utilizando-se do componente curricular matemática, a compreender a importância e a aplicação da Lei 10.639/03, refletindo sobre as possibilidades de estratégias de ensino da matemática, que contextualizem a temática da cultura e história afro-brasileira. Visa assim contribuir na construção de políticas e planos pedagógicos de formação continuada, buscando a aplicação da Lei e das Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola.

É por tudo isso que o SINPROJA, seguindo orientação da CNTE, não discute com o Governo Municipal política de bônus. Nossa luta é sempre voltada por uma educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada, conforme as metas do PNE.

Neste contexto, reafirmamos nossas bandeiras de luta: formação continuada; reformulação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e criação do Estatuto dos Profissionais da Educação do Jaboatão dos Guararapes; aplicação da Lei do Piso Salarial Nacional do Magistério com repercussão do reajuste em toda carreira. Queremos o atendimento dos anseios dos/as trabalhadores/as em educação de forma ampla e permanente.

## Conferência Educacional do Sinproja

A 3ª Conferência de Educação do SINPROJA acontecerá nos dias 16 e 17 de dezembro próximo, no Hotel Orange, em Itamaracá.

Esse evento é de suma importância para nossa categoria, visto que precisamos acumular conteúdo para respaldar a luta que iremos travar na conjuntura em que nosso país se encontra. As ameaças e retiradas de direitos nos atingirão também em Jaboatão, colocando em cheque

conquistas de longas datas.

Os professores e as professoras sócios e sócias que participarão da referida Conferência serão escolhidos nas unidades de trabalho, já os sócios e sócias do Grupo Ocupacional de Apoio ao Magistério- GOAM- serão escolhidos em Assembleia.

Contamos com a participação de excelente representação da categoria, pois juntos somos fortes!